

RELATO - 6ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES

Edneia Aparecida d Souza Conselheira representante dos Setor Popular

Tulio Colombo Corrêa Conselheiro suplente representante do Setor Técnico

Belo Horizonte, 26 de março de 2026

A 6ª Conferência Nacional das Cidades ocorreu em Brasília, de 24 a 27 de fevereiro de 2026. A abertura do evento contou com a presença do ministro das Cidades, Jader Filho, e da ministra das Mulheres, Márcia Lopes. A finalização do evento contou com a presença do presidente Lula, e houve espaço aberto para falas dos movimentos populares nacionais, que lutam pelo direito à moradia e à cidade. Ao todo, foram 249 propostas analisadas e mais de 90% delas aprovadas. O documento inclui os eixos de habitação, saneamento, mobilidade urbana, regularização fundiária e periferias, além de novos desafios como cooperação interfederativa, regiões metropolitanas, financiamento, transformações digitais, acessibilidade tecnológica, segurança cidadã e enfrentamento ao controle armado em territórios populares. Também entraram em pauta sugestões relacionadas à sustentabilidade e clima, reforçando a importância de serem eixos estruturantes nas políticas urbanas.

O encontro constitui a retomada de um espaço fundamental de participação social na formulação das políticas urbanas no país, destacando a importância do processo de participação popular nas políticas urbanas, pelo direito à moradia digna, saneamento, mobilidade, periferias e desenvolvimento urbano. É importante reconhecer isso uma vez que a realização dessa conferência junto com várias outras de outras áreas, **marcam a necessidade de fortalecer as instâncias de participação popular de maneira qualificada, em todas as esferas da federação, principalmente a municipal - raiz de todas as propostas analisadas, o que demonstrando a importância de uma formação cidadã da população belorizontina baseada em debates públicos e informações qualificadas sobre a cidade.**

A conselheira Edneia participou das discussões relacionadas ao Tema 1 - Objetivo, Diretrizes, Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano e Controle Social - PNDU e SNDU: desafios programáticos e federativos do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano. Destacamos como principal ponto, dentre as inúmeras discussões desse tema, a necessidade da regulamentação da política urbana por lei, com a instituição do sistema nacional - estruturado com política, fundo e conselhos deliberativos/consultivos e propositivos no âmbito Nacional, Estadual e Municipais. O conselheiro Tulio participou das discussões relacionadas ao Tema 3 - Regularização Fundiária e Urbanização Integrada de Favelas e Periferias e Segurança da posse da terra. Destacamos como principais pontos levantados nos debates a garantia de assessoramento técnico para as populações vulnerabilizadas, e regularização fundiária plena, a urbanização integrada, garantia de segurança de posse para comunidades tradicionais e periféricas, vilas e favelas.

Espera-se que as diretrizes construídas em todas as etapas de construção da conferência nacional encontrem caminhos de debate para aprofundamento e qualificação, bem como para implementação. **Assim, no ensejo de reestruturar instâncias e fortalecer a participação popular, reforçamos a importância de construirmos a conferência municipal de política urbana com a seriedade, celeridade e amplitude que o momento atual exige.**